

FALE CONOSCO
PELO WHATSAPP



82 98148.6271

SALVE NOSSO NÚMERO, MANDE UMA
MENSAGEM E RECEBA INFORMAÇÕES
DIÁRIAS DE NOSSA LISTA DE TRANSMISSÃO



REFORMA ADMINISTRATIVA

**VAI ACABAR COM OS
SERVIÇOS PÚBLICOS**

PEC 32

A Reforma Administrativa de Bolsonaro, Paulo Guedes e Arthur Lira já está tramitando no Congresso Nacional. Ela representa o fim dos direitos dos/as servidores/as e a destruição do serviço à população.

Pág 3 e 4

Edital

Não perca essa chance e publique seu livro com o apoio do Sintiefal

Pág 7

Ação dos 49,13%

Corte Salarial afeta vida de aposentados/as e servidores/as

Apesar do grande aumento do custo de vida no país, com o preço da gasolina superando R\$ 5,60 e o gás de cozinha R\$ 90, do desemprego crescente entre familiares e o valor irrisório do auxílio-emergencial ainda nem liberado, os/as servidores/as antigos/as do Ifal, em sua maioria aposentados/as e pensionistas, foram surpreendidos com o corte salarial de ações judiciais já transitadas em julgado.

A redução nos contracheques de mais de uma centena de servidores/as refere-se à recomposição salarial decorrente de perdas geradas pelos planos econômicos Bresser, Verão e Collor. Para o Tribunal de Contas da União, as rubricas judiciais (49,13%; 28%; 3,17%, entre outras), foram incorporadas nas Carreiras Docente e de TAE ao longo dos anos e, portanto, devem deixar de ser pagas.

Ao autorizar esses cortes drásticos, o TCU e o Ifal dão continuidade à política do Estado de retirada de direitos dos/as servidores/as públicos/as.

Para o aposentado e ex-presidente do Sintiefal, Jeferson Levino, a medida imposta pela reitoria é cruel e viola um direito adquirido pelos servidores/as há mais de 20 anos.

“São 25 anos recebendo uma determinada remuneração, o que me

permitiu planejar toda uma vida em cima disso. Estamos sobrevivendo a uma crise econômica sem precedentes, onde os preços dos alimentos, remédios, planos de saúde disparam e os salários encolhem. Esse corte representa uma baixa de 10% em meu salário, se torna uma missão complicada seguir dignamente neste país”, afirma.

AÇÕES

A diretoria do Sintiefal, em resposta a esse ataque, publicou duas notas públicas explicando as medidas que o sindicato vem tomando em prol de todos/as os/as servidores/as.

Nas notas, o sindicato se solidariza com os/as atingidos/as e se coloca à disposição para lutar junto com a categoria de forma jurídica, política e administrativa.

O documento salienta que a assessoria jurídica do Sintiefal abriu diálogo com o jurídico nacional do Sinasefe e com a diretoria da Adufal, que também tem enfrentado cortes na Ufal, e que possui uma minuta de ação individual para a defesa dos/as sindicalizados/as.

Por orientação nacional e de outros escritórios jurídicos que já atuam no caso, a decisão do Sintiefal é de não ajuizar ação coletiva sobre a matéria, em virtude do grande risco

de se obter um julgamento desfavorável que prejudique a todos/as os/as servidores/as interessados/as de uma só vez.

Hoje, a maioria dos/as afetados/as estão sendo acompanhados/as pelo advogado Walter Laranjeiras, escritório que originou a ação, e a orientação deste é aguardar decisão do Tribunal Regional do Trabalho sobre recurso no processo judicial 1025 e não interpor recurso administrativo ao TCU.

O Sintiefal se manterá atento ao resultado do recurso no TRT e se coloca à inteira disposição para fazer a defesa de qualquer sindicalizado/a que porventura ainda esteja juridicamente desassistido/a, seja no âmbito administrativo ou judicial.

Para a vice-presidente do Sintiefal, Elaine Lima, é preciso seguir na luta contra os ataques aos/as servidores/as públicos/as.

“Além da retirada da rubrica dos 49,13% e de outros ganhos judiciais transitados em julgados dos/as servidores/as, existe uma avalanche de ataques aos nossos contracheques, tanto dos ativos quanto dos aposentados. É seguir na luta para defender os/as servidores públicos/as e os planos de destruição dos serviços públicos de Bolsonaro e Paulo Guedes”, concluiu a dirigente sindical.

Unimed

Categoria rejeita reajuste anual

Os/as filiados/as do Sintiefal, reunidos em Assembleia Geral virtual, dia 31 de março, rejeitaram o reajuste de 8,4% proposto pela Unimed para 2021. A categoria se colocou contra qualquer aumento e decidiu solicitar à Unimed abertura de mesa de negociação.

Para o presidente do Sintiefal, Hugo Brandão, é dever do sindicato lutar junto à categoria. “Diante do congelamento salarial, esse aumento proposto pela Unimed, mesmo menor do que em anos anteriores, é muito para a nossa categoria. Já estamos pagando o abusivo valor de 2020. É insustentável ter que arcar com novos aumentos”.

O reajuste anual é previsto em contrato. Em janeiro deste ano, após ter o aumento de 2020 suspenso por quatro meses, por determinação da Agência Nacional de Saúde (ANS), os servidores/as amargaram os boletos com valores superiores a 18%. Esse reajuste refere-se ao aumento imposto pela Unimed de 13,7% e mais a parcela da recomposição do período suspenso (4,56%).

Por considerar abusivo o aumento de 2020, o Sintiefal ingressou com a ação na justiça. No entanto, o processo ainda não foi a julgamento na 4ª Vara Cível da Capital.

Novo Jurídico



O escritório de advocacia Paes, Almeida & Albuquerque assumiu a assessoria jurídica do Sintiefal em setembro de 2020. Os atendimentos aos/as sindicalizados/as podem ser feitos pelo **whatsapp (82) 99938-8929**. O escritório fica localizado na Avenida Comendador Leão, 122, Jaraguá, em Maceió.

Expediente

Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Educação Básica e Profissional no Estado de Alagoas - SINTIETFAL
 CNPJ 35.745.645/0001-38
 Rua França Morel, 136 - Centro. Maceió/AL

WWW.SINTIETFAL.ORG.BR @SINTIETFAL

(82) 98148.6271 SINTIETFAL@SINTIETFAL.ORG.BR

Jornalista Responsável: Êsio Melo - MTE/AL 1509
 Jornalista colaboradora: Bárbara Guimarães
 Tiragem: 1000 exemplares

Resumo Financeiro

- Set/ Nov 2020-

1. Receita Total.....	+R\$ 870.573,28
2. Saída	-R\$ 144.227,51
2.1 Folha (pessoal)	- R\$ 64.751,15
2.2 Gerais	- R\$ 58.586,55
2.3 Administrativas	- R\$ 20.889,81
2.4 Manutenção/serviços-	R\$ 4.777,82
3. Saldo em caixa	+R\$ 726.345,77

Balancete completo disponível em nosso site

Governo Genocida

Bolsonaro e militares fazem farra com dinheiro público e abandonam brasileiros/as à morte

Enquanto o governo Bolsonaro esbanja dinheiro público na compra de leite condensado, cerveja e churrasco para militares, a miséria é crescente no país. Explode o valor da cesta básica, do gás e dos combustíveis, o desemprego bate recorde, o sistema de saúde está em colapso em quase todas as capitais e faltam vacinas contra o coronavírus.

De acordo o Portal da Transparência, só em 2020, o Governo Federal chegou a gastar mais de R\$ 1,8 bilhão com compras de materiais gastronômicos em supermercados. Só de leite condensado, foram R\$ 15,6 milhões, sendo pago R\$ 162 por lata.

Também foram gastos R\$ 2.203.681,89 em goma de mascar, R\$ 2.241.859,51 em sagu e R\$ 2.512.073,59 em vinho. As despesas foram 20% superiores as registradas em 2019. Tudo com dinheiro público. No mesmo período, outro escândalo milionário com verba pública: as Forças Armadas, através de licitação, adquiriram 80 mil unidades de cerveja e 700 mil quilos de picanha.

Para além da farra com o dinheiro público que consta no portal da transparência, não param de chover denúncias contra a família Bolsonaro e seus aliados diretos, como o líder do governo no Congresso (pego com dinheiro nas nádegas) ou o próprio filho do presidente comprando uma mansão de R\$ 6 milhões, enquanto os/as brasileiros/as não têm o que comer.

AUXILIO DE FOME

Mesmo com o agravamento da pandemia e a marca superior a 330 mil mortos no país, não existe esforço do governo para garantir uma quarentena para o povo pobre preservar suas vidas. Ao contrário da farra com o dinheiro público por parte do governo, desde dezembro não há um

real gasto com o auxílio emergencial, mesmo sabendo que o auxílio foi a única fonte de renda para 36% dos beneficiários de 2020 e que as famílias utilizaram majoritariamente o valor para a compra de comida.

Para 2021, o valor previsto para o auxílio deve variar de R\$ 150 a R\$ 375, segundo Paulo Guedes, e o limite de gasto autorizado pelo congresso foi de apenas R\$ 44 bilhões. Situação bem diferente de 2020, quando o congresso aprovou, contra a vontade do governo, o valor de R\$ 600 e beneficiou 65 milhões de brasileiros/as, sem precisar retirar direitos dos/as servidores/as públicos/as.

DESMONTE

Em contrapartida à liberação de um auxílio emergencial tão reduzido, o governo Bolsonaro exigiu do Congresso uma contrapartida de retirada de direitos dos/as servidores/as públicos/as.

A Emenda Constitucional 109 (antiga PEC 186), mesmo não sendo o projeto de Paulo Guedes, que acabava com os mínimos constitucionais para a saúde e educação e, ainda numa primeira versão, permitia a redução salarial e de carga-horária dos servidores/as públicos/as em até 25%, reafirma a tese do “inchaço na máquina pública” e aplica, como principal medida de ajuste fiscal, a proibição de concessão de aumentos salariais aos/as servidores/as e a contratação de novos/as, caso o projeto de lei do orçamento federal indique que a despesa primária obrigatória ultrapasse 95%.

Esse é mais um ataque do Bolsonaro com intuito de acelerar o desmonte do serviço público, mas não o último, já que o governo segue como seu principal projeto deste começo de ano: a PEC 32, também conhecida como Reforma Administrativa.



Já são mais de 330 mil mortos por Covid-19 no Brasil, com uma média acumulada de 2.500 mortes diárias

PARA ONDE VAI O BRASIL?

Desde o início da disseminação do COVID-19 no Brasil, no começo de 2020, o presidente brasileiro nunca esteve empenhado no combate à pandemia. Com um discurso negacionista, anti-científico e sob justificativa de “estabilizar a economia nacional”, se tornou o principal responsável pelo genocídio em curso no Brasil.

Um ano após os primeiros casos, o Brasil se torna o epicentro da pandemia no mundo. Sem testagem em massa, sem vacinas disponíveis e sem leitos nos hospitais, os/as brasileiros/as continuam morrendo e vendo seus entes e amigos falecerem.

Enquanto fez propaganda para um remédio comprovadamente ineficaz, como forma de estimular um tratamento precoce, deixou faltar até oxigênio, como foi o caso de Manaus, e negou a compra de vacinas. Dizendo que não iria comprar o que chamou de “vachina”, em julho de 2020, rejeitou a oferta do Instituto Butantan para a compra de 160 milhões para serem entregues até janeiro de 2021.

Resultado: hoje, o Brasil não tem uma política e nem uma coordenação para sair dessa pandemia. E, como consequência, só em março a Covid matou mais no Brasil do que na pandemia inteira em 109 países juntos. Esse número ainda é crescente, basta olhar a taxa de ocupação de UTI's, onde 23 das 27 capitais do país estão com lotações superiores a 80%, sendo 17 delas superiores a 90%.

É um verdadeiro cenário de guerra. Só não é pior graças ao Sistema Único de Saúde com equipes espalhadas pelo Brasil, atuando diretamente para salvar vidas, aos/as servidores/as públicos/as, que mesmo sem valorização desenvolveram pesquisas, ciência e tecnologia para o combate à pandemia, como a vacina, e à sociedade civil organizada, que realizou diversas ações de solidariedade e combate à fome.

Por isso, para o Sintietfal, a luta pelo #ForaBolsonaro é a principal maneira de salvar vidas e, consequentemente, de tirar o país desse abismo de corrupção, farra com o dinheiro público, desemprego, alta do custo de vida e ataques aos serviços e aos/as servidores/as públicos/as.

PEC 32

Reforma Administrativa corrói paredes, chão e teto do funcionalismo público

Uma das prioridades do Governo Bolsonaro no Congresso em 2021 é a Reforma Administrativa. Sob a falsa justificativa de “combater os privilégios” e acabar com o “inchaço do serviço público”, a PEC 32/2020 promove uma ampla retirada de direitos conquistados pelos servidores/as públicos/as e prejudica a oferta de serviços à população.

Como mostra estudo da Auditoria Cidadã da Dívida, “a PEC 32 é uma Reforma Ideológica que modifica profundamente o papel do Estado, o qual passa a ser regido prioritariamente pelo mercado e seus interesses privados voltados para a obtenção de lucros”. Em diversos pontos da PEC isso é notado, mas fica ainda mais claro com a inclusão do termo “subsidiariedade” entre os princípios que devem reger a administração pública.

De acordo com esse “novo princípio”, o Estado passa a atuar apenas de forma subsidiária, onde esse não tiver interesse em atuar. Por isso, essa PEC não se trata de uma simples reforma, mas de uma mudança de concepção de quem é responsável pela oferta dos serviços à população.

A tese defendida pela PEC é que o mercado é capaz de dar respostas às demandas sociais, quando se sabe que o setor privado só visa o lucro. Portanto, a Reforma Administrativa vai colocar o serviço público nas mãos de grupos políticos, empresários e banqueiros.

A PEC ATACA OS/AS TRABALHADORES/AS

A Reforma Administrativa não atinge os magistrados, parlamentares, forças armadas e membros das carreiras típicas de Estado, justamente, as camadas mais bem remuneradas do serviço público. Estes

permanecem com os altos salários, terão estabilidade, benefícios e aposentadorias diferenciadas. Pouco ou nada muda.

O objetivo da PEC é atingir os/as profissionais da educação, os/as trabalhadores/as da saúde, da assistência social e tantos outros que atendem diretamente o povo brasileiro. A Reforma vai atingir trabalhadores/as como os cozeiros da prefeitura de Maceió, que recebem em média de um salário mínimo (R\$ 1.100,00), a merendeira das escolas municipais, que recebem cerca de R\$ 1.600,00, e também o/a servidor/a do Ifal, que está sem reajuste há anos. Os TAEs, por exemplo, tem o piso e o teto congelados desde 2017 com valores entre R\$ 1.326,00 e R\$ 8.323,88.

O Juiz Federal, que ganha R\$ 33 mil fora outras regalias como auxílio-moradia, ou o General Eduardo Pazuello, que ganha R\$ 29.500 e chegou a receber R\$ 39.200, quando foi Ministro da Saúde, não serão afetados pela reforma.

FIM DE DIREITOS E CARREIRÃO

Se aprovada, a PEC permitirá a existência de cinco formas para o ingresso no serviço público, a maioria sem a garantia da estabilidade do/a servidor/a e sem realização de concurso público.

Os/as novos/as servidores/as já ingressarão com diversos direitos extintos, entre eles a licença-prêmio (folga de três meses concedida depois de cinco anos de trabalho), férias superiores a 30 dias por ano, adicional por tempo de serviços e flexibilização da jornada de trabalho sem redução de remuneração.

Os atuais também sofrerão perdas significativas, principalmente com o fim das carreiras específicas



Bolsonaro e Paulo Guedes querem entregar o serviço público para o setor privado lucrar com direitos da população

(também conhecido como “carreirão”, ou seja, uma carreira única para os/as servidores/as públicos/as) e a extinção e transformação de cargos, o fim de gratificações e da incorporação de valores ao salário referentes ao exercício de cargos e funções.

“A PEC 32 faz com que servidores percam estabilidade, planos de carreira, Regime Jurídico Único, compartilhem atividades com terceirizados e instituições privadas, e possam até vir a ter seu ministério extinto por simples canetada presidencial, entre outras perdas”, afirma a auditoria cidadã da dívida.

CABIDE DE EMPREGO

O fim da estabilidade e o ingresso no serviço público sem concurso são aspectos principais da PEC 32. Isso representa grande retrocesso ao permitir que cada governante contrate seus próprios aliados, colocando em risco a continuidade da prestação do serviço público a cada troca de governo e possibilitando nomea-

ções políticas de pessoas despreparadas para os respectivos cargos.

A falta de estabilidade gera perdas ao serviço público. Desperdiça o conhecimento historicamente acumulado pelos/as servidores/as públicos/as, assim como investimentos em treinamentos e capacitações, colocando em risco diversas experiências relevantes, segurança de dados e informações estratégicas.

De outra maneira, a exigência de concurso público faz com que as vagas sejam preenchidas por pessoas devidamente qualificadas e testadas para as funções que terão que desempenhar, o que tem comprovadamente representado um imenso ganho para o Estado e para a sociedade em todos os aspectos.

ASSÉDIO MORAL E ALTO CUSTO DE CHEFIAS

A PEC 32 permite que qualquer pessoa não ocupante de cargos de carreira no funcionalismo público possa assumir cargo de chefia no

serviço público. Isso demandará o pagamento integral de salário para essa pessoa, bem diferente do que hoje representa apenas um acréscimo decorrente de gratificação.

Segundo a auditoria cidadã, “a ocupação de cargos de chefia e assessoramento por pessoas não pertencentes às respectivas carreiras e, portanto, não concursadas, pode representar a institucionalização de uma espécie de assédio político que venha a perseguir e punir qualquer iniciativa contrária aos discursos governistas, além de agravar o assédio moral contra mulheres, negros, portadores de necessidades especiais e população LGBT, por parte de chefes nomeados por governantes machistas, racistas, xenofóbicos e demais preconceitos discriminatórios tão comuns nos dias atuais, embora caracterizem o cometimento de crimes”.

PRIVATIZAÇÃO

Outro grave risco embutido na PEC 32 é o aumento de privatizações e terceirizações, que acontecerão de forma generalizada, pois o Estado deixa de ser o “carro-chefe” da estrutura do Estado e passa a atuar nas “sobras” do setor privado.

“Vale lembrar que a experiência de terceirização no serviço público tem sido sinônimo de aprofundamento da precarização do trabalho e da exploração contra direitos da classe trabalhadora, que fica cada vez mais vulnerável e desprotegida. Os episódios dos recentes apagões ocorridos no Amapá, Piauí e o os crimes ambientais cometidos pela Vale em Mariana e Brumadinho, comprovam que a privatização coloca seus lucros acima das vidas das pessoas e do meio ambiente”, alerta a carta da auditoria cidadã da dívida.

Não bastasse a “subsidiariedade”, a PEC 32 introduz novo artigo na constituição (37-A) permitindo ao setor privado realizar ou compartilhar qualquer serviço público,

liberando o avanço das privatizações em todas as áreas de atuação do Estado!

Além disso, essa “nova administração” possibilitaria incalculável volume de negócios e contratações particulares, criando inúmeras oportunidades para favorecimentos escusos, para as famosas “rachadinhas” e para a corrupção!

SUPERPODERES AO PRESIDENTE

A PEC dá também ao Executivo superpoderes para acabar com autarquias e fundações por meio de decreto. Caso a PEC 32 seja aprovada, o presidente da República assumirá poderes de imperador e o Congresso Nacional perderá diversas prerrogativas de controle de atos do Poder Executivo.

Por meio de simples decreto, sem qualquer crivo político do Congresso Nacional, o presidente da República poderá extinguir cargos públicos, ministérios e órgãos diretamente subordinados à presidência, além de entidades da administração pública autárquica e fundacional, o que representa grave risco para as Universidades Federais e para diversos outros órgãos, como IBAMA, INPE, DNIT, FIOCRUZ por exemplo.

MILITARIZAÇÃO

De quebra, a reforma abre espaço para a militarização das escolas e postos de saúde, com a permissão para militares da ativa acumularem funções de professor/a ou na área de saúde, caso haja compatibilidade de horários, por exemplo.

A PEC também impede que os bancos públicos sejam ferramentas de indução de políticas econômicas e os iguala aos bancos privados. Assim, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil passam a ter os mesmos objetivos dos bancos privados e não podem ter mais o papel que tiveram como estimuladores da economia na crise de 2008.

Acordo de Bolsonaro e Lira inclui PEC 32



PEC que destrói a educação é denunciada em outdoors

O presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP/AL), tem se empenhado diretamente para dar celeridade à aprovação da PEC 32. Já nos primeiros dias após ser eleito, Lira já encaminhou a matéria para a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de Deputados (CCJ). A Reforma Administrativa foi uma das contrapartidas, no acordo fechado entre Bolsonaro e Guedes, para garantir a eleição de Arthur Lira.

A vergonhosa compra de votos ficou clara quando o governo Bolsonaro liberou o montante de R\$ 3 bilhões, para 250 deputados e 35 senadores aplicarem em suas regiões, em troca de votos para Lira (PP), na Câmara, e Rodrigo Pacheco (DEM), no Senado.

A aproximação do deputado alagoano com Bolsonaro aconteceu em abril do ano passado, quando o presidente se viu ameaçado por pedidos de impeachment após incitar manifestações contra o Congresso e o STF (Supremo Tribunal Federal).

Para se proteger, Bolsonaro buscou apoio nos blocos do “Centrão” (direta tradicional), negociando cargos em troca da formação de uma base informal na Câmara. Na época, Lira era um dos principais líderes desse bloco que têm o compromisso, junto à presidência, de impedir o

prosseguimento dos diversos pedidos de impeachment.

CAMPANHA

O Sintiefal, junto com a Adufal, Sintufal, Sintefal e a CUT, definiu lançar campanha em defesa dos serviços públicos e contra a reforma administrativa. A campanha já espalhou dois modelos de outdoors em Alagoas, artes e vídeos nas redes sociais.

A primeira peça publicitária, que deu início à campanha, foi colocada em Maceió (10) e Arapiraca (5) no dia 4 de março. Em sua arte, os sindicatos estamparam a frase “A Reforma Administrativa de Bolsonaro e Arthur Lira acaba com os serviços públicos”.

Já no segundo material, está estampada a imagem do presidente da câmara dos deputados, Arthur Lira, e a frase “a destruição da educação tem minha participação”, em alusão aos impactos da reforma administrativa na área. Os outdoors foram publicados no dia 19 de março, sendo afixados 20 em Maceió e mais 10 em cidades do interior de Alagoas.

Além dos outdoors, semanalmente as entidades sindicais têm divulgado vídeos e cards nas redes sociais e espalhado faixas pela cidade.

Reforma

Sintietfal inicia obra de ampliação da sede

Prédio será totalmente remodelado com investimento de R\$ 600 mil

Já está em andamento a reforma da sede do Sindicato dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional no Estado de Alagoas (SINTIETFAL), localizada na Rua França Morel, 136, Centro de Maceió.

A ampliação inclui a construção de um auditório com capacidade para 120 pessoas, um primeiro andar com mais salas e um espaço de convívio para melhor atender os/as sindicalizados/as e as necessidades do sindicato.

Com custo total de R\$ 600 mil, a reforma teve início no dia 22 de março e tem previsão de conclusão em quatro meses. O projeto é do arquiteto José Luís Teixeira Tavares e o responsável pela obra é o engenheiro Washington Gonçalves.

“Será um marco importante de nossa gestão a entrega da sede totalmente reformada com a construção de um auditório grande e equipado. Um

investimento sem tamanho, fruto de uma diretoria comprometida com as contribuições da categoria. Pegamos uma sede sem nem ter documentação regularizada e vamos entregar um prédio totalmente novo, que todo/a sindicalizado/a irá se orgulhar”, disse Hugo Brandão, presidente do Sintietfal.

A reforma foi aprovada em Assembleia Geral, onde também foi referendada uma comissão para acompanhamento da obra, aberta à participação da base, com legitimidade para decidir sobre as questões inerentes à reforma. Da diretoria sindical, participam Gabriel Magalhães, Artur dos Anjos e Fabiana Menezes.

“Vai ser a maior obra da história do Sintietfal e será entregue para a categoria ainda esse ano”, afirmou Artur dos Anjos, diretor do Sintietfal e membro da comissão.



Flexibilização

Consup é unânime na aprovação da resolução das 30 horas

O Conselho Superior do Ifal aprovou, nesta sexta-feira, 12 de março, de forma unânime, a resolução da flexibilização da jornada de trabalho dos TAEs no Ifal.

Os/as 21 conselheiros/as presentes no momento da votação acompanharam integralmente o voto do relator e representante da comissão que elaborou a minuta, Marcondes Inácio.

“A flexibilização das 30 horas é garantia de melhor atendimento ao público usuário do Ifal, bem como, representa melhorias na qualidade de vida do/a servidor/a. Parabéns a todos/as que lutaram e somaram na construção dessa nova resolução, parabéns aos conselheiros/as que a aprovaram por unanimidade,

conquistas importantes foram acrescentadas nesse documento” afirmou o conselheiro Marcondes, que também é diretor do Sintietfal.

O Sintietfal, representado no Consup por Yuri Buarque, apresentou algumas sugestões ao documento votado nessa sexta, fruto de propostas enviadas por servidores/as em consulta pública aberta pelo sindicato. Com parecer favorável do relator, os destaques foram absorvidos na resolução.

Para o dirigente sindical, esse é um importante passo para a garantia de um direito dos/as servidores/as e de toda a sociedade. “A aprovação dessa resolução é fruto da luta da categoria, que em vários momentos



atendeu ao chamado do sindicato e se mobilizou pela garantia desse direito. O documento representa um grande avanço dentro do que a legislação federal permite”, afirmou Yuri Buarque.

“Nossa luta, entretanto, não para por aqui. Temos que manter vigilantes porque os ataques estão vindo de cima. Se estão mudando a constituição para congelar salários e direitos,

a flexibilização certamente também será alvo desse governo. Não é hora de baixar a guarda”, completou o representante do Sintietfal.

Nas 24 horas anteriores à votação, o sindicato organizou grande campanha de vídeos e cards nas redes sociais e grupos em favor das 30 horas. Confira abaixo algumas publicações.

Oportunidade

Sintiefal lança edital de apoio à editoração e publicação de livros

O Sindicato dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional no Estado de Alagoas (SINTIETFAL) lançou no dia 15 de março o edital de auxílio à publicação de livros, através da parceria firmada com a Editora PhillosAcademy.

A iniciativa tem como objetivo fomentar a disse-

minação do conhecimento cultural, social, político e acadêmico por meio de apoio financeiro para a publicação de livros impressos e e-books produzidos por servidoras/es do Instituto Federal de Alagoas (IFAL), filiadas/os ao sindicato.

O edital abrange a publicação em diversos gêneros

(literatura, contos, poesia, infantis, entre outros). Está liberada construção de obra por um/a ou mais autores/as ou coletânea. No entanto, se torna obrigatório a apresentação dos vínculos das/os demais autoras/es com a obra. Todos os textos submetidos deverão ser apresentados obrigatoriamente em Língua Portuguesa.



Fracasso

Editais de exercício compartilhado tem baixa adesão no Ifal

Com a adesão total de 19,27%, o edital de exercício compartilhado foi um fracasso para Instituto Federal de Alagoas (Ifal). Das 83 vagas ofertadas para docentes e técnicos/as administrativos atuarem de forma voluntária em outro campus ou na reitoria, apenas 16 foram preenchidas.

O edital foi criado para regulamentar a possibilidade de professores/as e técnicos/as administrativos manterem atribuições específicas e gerais de seu cargo em unidade diferente da sua de lotação. Trata-se de uma tentativa que busca regularizar um problema de ingerência antigo da instituição, que hoje se evidencia de algumas formas, dentre elas na impossibilidade, por parte do IFAL, de oferecer determinados componentes curriculares, em alguns campi, pela falta do/a docente específico daquele componente, nos respectivos campi.

Porém, o documento não apresenta nenhuma garantia de que o exercício compartilhado não se sobreponha ao direito de remoção interna dos/as servidores/as. Pelo

contrário, da maneira como foi estruturada a portaria 166/2021, principalmente nos arts. 9º (que permite a prorrogação ad eternum do exercício compartilhado, caso a administração julgue necessário), 14º, 15º e 16º, o mecanismo do exercício compartilhado representa uma ameaça real ao direito à remoção interna, da forma transparente e democrática que fora conquistada pelos servidores/as do IFAL, justamente para resolver os antigos problemas de readequação de mão de obra no instituto, evitando a necessidade de intervenção discricionária do reitor.

Outra questão importante de destacar é que essa portaria foi construída sem o diálogo necessário com a categoria. É importante que os/as servidores/as sejam ouvidos/as e que suas demandas sejam inseridas no documento. Os critérios para o exercício compartilhado devem garantir a maior transparência e democracia possível.

A propósito, a diretora sindical, Anny Barros, explica que vários ser-

vidores/as, sindicalizados/as e não-sindicalizados/as, que procuraram o Sintiefal, mostraram disposição de contribuir com a instituição, atendendo ao chamamento para compartilhar sua mão de obra, mas optaram por não aderir ao edital vigente exatamente por compreenderem que, na forma como se encontra estruturada a portaria, representa um perigo à continuidade do SIREM (e ao próprio direito à remoção).

“O risco que corremos é de provocarmos um engessamento no SIREM, um sistema transparente e democrático de remoção interna de servidores/as, implementado pelo IFAL, e que hoje é modelo para muitos IFs e universidades no Brasil. A categoria está com receio de que o temporário se transforme em uma regra”, afirmou.

Para o Sintiefal, a defesa prioritária deve ser a valorização do serviço público, com a ampliação de unidades e a realização de novos concursos. No entanto, por representar também o interesse de parte dos/as servidores/

as, a portaria do exercício compartilhado deve ser feita com o máximo de participação possível.

Segundo o diretor sindical Yuri Buarque, “não podemos deixar de destacar que a iniciativa do exercício compartilhado só evidencia o quanto o quadro da educação brasileira vem sendo profundamente negligenciado no governo Bolsonaro. “Os IFs continuam sucateados, sem investimentos e sem concursos públicos, para que mais servidores/as qualificados possam contribuir com as demandas da instituição”.

Vale ressaltar que os/as docentes têm ciência da importância de perfazer a carga horária mínima e, por isso, muitos se mostraram interessados em aderir ao exercício compartilhado, desde que salvaguardado o direito à remoção. O Sintiefal segue defendendo a busca de uma solução dialogada para a questão, por isso, reforça os inúmeros apelos da categoria para que a matéria seja levada a debate no Conselho Superior, instância máxima deliberativa do IFAL. Para a entidade, essa é a melhor maneira de assegurar um tratamento verdadeiramente democrático a este tema tão sensível ao conjunto dos/as servidores/as.

Solidariedade

Sintietfal retoma campanha solidária e distribui mais 6 toneladas de alimentos

Outros R\$ 60 mil em alimentos e produtos de higiene foram distribuídos pela campanha em 2020

O Sintietfal tem realizado uma importante campanha de solidariedade e combate à fome em Alagoas. Atuando em parceria com movimentos sociais, Associações e ONGs, a entidade sindical chegou a doar mais de R\$ 60 mil em 2020 para famílias expostas à situação de vulnerabilidade socioeconômica em decorrência da pandemia do Covid-19.

Em 2021, por razão da ausência de pagamento do auxílio-emergencial e mesmo diante do valor da ajuda federal não garantir a compra de uma cesta básica, a diretoria sindical aprovou a retomada da campanha e a doação de mais de seis toneladas de alimentos.

“Com o aumento do desemprego e o fim do auxílio emergencial, cada vez mais pessoas têm atrasado o aluguel, deixado de pagar as contas e, com o aumento do custo de vida, tem ficado cada vez

mais difícil colocar o alimento na mesa. Essa solidariedade entre trabalhadores é muito importante para o enfrentamento da pandemia e do governo federal”, afirmou Lucas Barros, coordenador estadual do MLB.

Os alimentos beneficiaram catadores/as de materiais recicláveis, marisqueiras, indígenas e famílias carentes ligadas ao Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto de Alagoas e ao Instituto Holístico, no Jacintinho.

“Mais uma vez viemos agradecer o ato de solidariedade do Sindicato dos Servidores do Ifal, que desde o início da pandemia, em março de 2020, vem sendo colaborador no combate à fome e à pandemia para as nossas cozinhas coletivas”, afirmou Eliane Silva, coordenadora do MTST Alagoas.

Além da comida, foram entregues nas ocupações Dandara e Tereza de Benguela kits de higiene pessoal para mulheres em menção ao dia 8 de março, data que se celebra o Dia Internacional da Mulher.

Para a diretora do Sintietfal, Ana Lady, “A solidariedade é mais que urgente nesse momento para nosso povo pobre, porque ninguém consegue pensar, estudar ou trabalhar de barriga vazia”.

PARCERIAS

As doações em 2020 contaram com o apoio e a parceria além do MLB e do MTST, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Centro de Defesa dos Direitos da Mulher (CDDM), ONG Ideal, Artistas, e Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), Centro de Acolhimento a Criança e ao Adolescente e a Casa do Menor.



PNLD

Docentes lançam manifesto por um Plano Nacional do Livro Didático democrático

Em resposta ao novo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), educadores/as, estudantes e entidades públicas de todo o Brasil se organizaram e publicaram uma carta-manifesto rejeitando as imposições do novo formato dos livros didáticos.

O Sintietfal, representado pela docente Ana Lady, esteve presente nas reuniões de formação da Frente.

O texto orienta os/as professores/as a não aderirem ao programa, por entender “que a escolha do material didático não pode ser uma consulta burocrática de preenchimento ao questionário digital, mas fruto de amplo debate e reflexão pedagógica”.

“O PNLD é um programa que formata o material didático, pedagógico e literário para as escolas públicas da Educação Básica, por segmen-

tos. Ele dilui o conhecimento escolar pelas chamadas ‘habilidades e competências’ de mercado, reorganizando a lógica do currículo por áreas que têm por foco aligeirar o ensino e, apesar de se propor integrador, desstitui qualquer concepção pedagógica interdisciplinar autêntica”, afirma documento.

A carta denuncia também a ação de Bolsonaro para minar a educação.

“Entendemos que o PNLD 2021 apresenta uma política educacional estruturante em um contexto de projeto político de desmonte da educação pública e democrática, orientando o preparo de materiais didáticos e do currículo escolar alinhado à BNCC e à Reforma do Ensino Médio, as quais combatemos”, afirma texto. Confira o texto completo no site do Sintietfal.